

Informação nº: 18/2015 – DIAUD1

Brasília (DF), 15 de setembro de 2015.

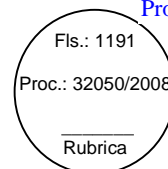
Processo nº: 32050/2008 (7 volumes e 1 anexo)
Jurisdicionado: Banco de Brasília S.A
Assunto: Representação
Ementa: Ofício nº 439/2008-PG-MPjTCDF. Irregularidades no uso da marca BRB. Relação entre o BRB S/A e as entidades Cartão BRB, Seguros BRB, BRB Saúde e Regius. Auditoria. Diligências. Atendimento insatisfatório. Reiteração de Determinações. Audiência dos responsáveis. Prática de ato antieconômico e com grave infração à norma legal. Alienação de ações da VISANET à Cartão BRB. Razões de Justificativa. Procedência parcial de umas e improcedência de outras.

Senhor Diretor,

Tratam os autos do Ofício nº 439/2008-PG-MPjTDDF, no qual são solicitadas providências a fim de esclarecer as relações existentes entre o BRB S.A e as entidades Cartão BRB, Seguros BRB, BRB Saúde e Regius.

2. Na última assentada, na Sessão Ordinária nº 4724, de 02.10.2014, por meio Decisão nº 4902/2014 (fls. 891), o Tribunal decidiu:

*I – tomar conhecimento da instrução, dos documentos de fls. 560/685, 688/693, 707/725 e 736/767, bem como do Anexo I; II – considerar insubsistentes os esclarecimentos apresentados em atendimento à Decisão n.º 5998/2009, mantendo as conclusões e sugestões apresentadas no Relatório de Auditoria 4/2009, com as adaptações decorrentes da reorganização societária levada a efeito no Grupo BRB no exercício de 2009, noticiada na documentação constante do Anexo I; **III – determinar ao Banco de Brasília S.A. que: a) quanto ao objeto do Convênio 01/2002, esclareça as providências adotadas para formalizar a cessão de área***



para funcionamento da BRB Saúde, bem como rever a gratuidade dessa cessão, se já não o fez; b) relativamente à contratação de seguro de vida em grupo objeto do Convênio DIRAT/DESEG 2005/146, esclareça as bases legais que sustentaram o custeio de 50% das despesas com aposentados e ex-empregados após a unificação das apólices desses com a dos empregados ativos; c) informe as providências adotadas para se ressarcir das taxas de intercâmbio resultantes das operações de débito pagas pelas empresas gestoras das redes Visa Eletron e Maestro, anteriores ao exercício de 2008, de que se apropriou a Cartão BRB; IV – informar ao Banco de Brasília que, com a reorganização societária, é possível a contratação direta da BRB Seguros, agora controlada do Banco por intermédio da Cartão BRB, com fulcro no art. 24, XXIII, da Lei de Licitações, para suprir objeto do Convênio 2005/146 (seguro de vida em grupo), observada a compatibilidade de preços com os de mercado; **V – autorizar a audiência dos responsáveis nomeados no parágrafo 243 do Relatório de Auditoria (fls. 506), para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentem as justificativas que tiverem pela prática de ato antieconômico e com grave infração à norma legal na alienação de ações da Visanet à Cartão BRB (item 3.1 do Relatório de Auditoria);** VI – e-DOC E5990792 Proc 32050/2008 autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Auditoria, para as providências subsequentes. **(grifo nosso)**

3. O presente momento processual destina-se ao exame: a) do atendimento das diligências contidas ao item III, alíneas a, b e c, da Decisão nº 4902/2014 (fls. 891); e b) das Razões de Justificativa apresentadas, em atenção ao item V, da mesma deliberação.

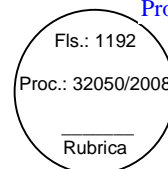
4. O BRB – Banco de Brasília S.A tomou conhecimento do inteiro teor da Decisão da Corte por meio do Ofício nº 8923/214-GP, em 06.11.2014 (fls. 893), e tempestivamente, em 05.12.2014, em conformidade com o art. 206¹, do Regimento Interno do Tribunal (RITCDF), manifestou-se por meio do documento às fls. 978-1064.

5. O inteiro teor da deliberação plenária foi encaminhado aos supostos responsáveis chamados em audiência, resultando nas respectivas manifestações, conforme quadro a seguir:

¹ **Art. 206.** Na contagem dos prazos, salvo disposição legal em contrário, será excluído o dia do início e incluído o do vencimento; recaiando esse em dia em que não houver expediente, o prazo será prorrogado até o primeiro dia útil imediato.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE AUDITORIA
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA



AUDIÊNCIA			RAZÕES DE JUSTIFICATIVA	
Responsável	Data	Fls.	Data entrega	Fls.
Tarcísio Franklim de Moura	11/11/2014	894 ²	15/12/2014	1092/1114 ³
Dário Silva Reis	23/02/2015	895	14/04/2015	1135/1145 ⁴
Wellington Carlos da Silva	24/11/2014	896	21/05/2015	1169/1185 ⁵
Ari Alves Moreira	12/11/2014	897	03/12/2014	951/969
Hélio Goiás de Sá	11/11/2014	898	05/12/2014	970/977
Adão Alves dos Passos	17/11/2014	899	19/11/2014	907/947
Antônio Camboim de Souza	14/11/2014	900	09/12/2014	1074/1082
Edson de Castro	14/11/2014	901	11/12/2014	1083/1091
Flávio José Couri	12/11/2014	902	09/12/2014	1065/1073
Mário Sato	-	-	13/05/2015	1153/1168 ⁶

6. Chamado em audiência, o Sr. Wellington Carlos da Silva requereu três prorrogações de prazo (fls. 1115, 1118 e 1146), sendo a primeira objeto do Ofício nº 084/2014- SEAUD (fls. 1117), comunicando-lhe que o prazo não havia se esgotado, e os demais pedidos concedidos por meio das Decisões nºs 592/2015 (fls. 1124) e 1546/2015 (fls.1151)⁷. O Sr. Dário Silva Reis requereu uma prorrogação de prazo (fls. 1126), concedida por meio da Decisão nº 1222/2015 (fls.1131)⁸.

7. Em face da Decisão nº 10118/1995, item II⁹, verifica-se que todas as

² O Ofício nº 059/2014-SEAUD/Aud, comunicando da autorização para audiência foi recebido por Mardonedes Camelo de Paiva - OAB DF 26416.

³ As Razões de Justificativa foram apresentadas por Antônio Carlos Sobral Rollemberg - OAB DF 25.031 (fls. 1114), desacompanhadas de Procuração firmada por Tarcísio Franklim de Moura. A impropriedade foi saneada (fls. 1187-1189), com a apresentação de instrumento particular.

⁴ Razões de Justificativa apresentadas por advogado constituído por instrumento particular de Procuração (fls. 722).

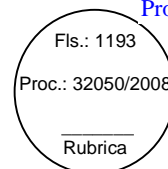
⁵ Razões de Justificativa apresentadas por advogado constituído por instrumento particular de Procuração (fls. 729-730 e 1116).

⁶ Razões de Justificativa apresentadas por advogado constituído por instrumento particular de Procuração (fls. 1162).

⁷ **Decisão nº 1546/2015:** concedeu prorrogação de prazo por 15 (quinze) dias. Como a ciência da parte ocorreu em 06.5.2015 (fls. 1152, verso), o prazo para apresentação de Razões de Justificativa findou-se em 21.5.2015.

⁸ **Decisão nº 1222/2015:** concedeu prorrogação de prazo por 30 (trinta) dias. Como a ciência da parte ocorreu em 04.5.2015 (fls. 1132, verso), o prazo findou-se em 05.6.2015.

⁹ Decisão nº 10118/1995: "II - adotar como norma procedimental que, no caso de citações múltiplas, o prazo de defesa começa a correr a partir da data de efetivação da última delas."



Razões de Justificativa foram tempestivamente apresentadas, uma vez que o prazo para a apresentação por parte do responsável Dário Silva Reis se esgotou em 05.6.2015, data a ser considerada *dies ad quem*¹⁰ para os demais justificantes.

8. Inexiste nos autos qualquer documento que ateste a citação de Mário Sato. Todavia, constam nos autos suas Razões de Justificativa (fls. 1153-1168), o que saneia a falha processual, nos termos do §1º, art. 214, CPC,¹¹ combinado com o item I, da Decisão nº 2531/2004.¹²

DAS DILIGÊNCIAS

9. Na Decisão nº 4902/2014, item III (fls. 891), o Tribunal determinou ao BRB S/A que:

a) quanto ao objeto do Convênio 01/2002, esclareça as providências adotadas para formalizar a cessão de área para funcionamento da BRB Saúde, bem como rever a gratuidade dessa cessão, se já não o fez; b) relativamente à contratação de seguro de vida em grupo objeto do Convênio DIRAT/DESEG 2005/146, esclareça as bases legais que sustentaram o custeio de 50% das despesas com aposentados e ex-empregados após a unificação das apólices desses com a dos empregados ativos; c) informe as providências adotadas para se ressarcir das taxas de intercâmbio resultantes das operações de débito pagas pelas empresas gestoras das redes Visa Eletron e Maestro, anteriores ao exercício de 2008, de que se apropriou a Cartão BRB.

Manifestação do jurisdicionado

10. Em síntese, na sua manifestação (fls. 978-1064), o BRB S.A informou que: a) realiza atualmente estudos técnicos nos setores competentes a fim de

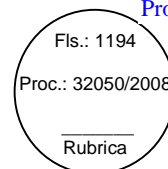
¹⁰ Termo final do prazo.

¹¹ BRASIL. Código de Processo Civil. Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973:

Art. 214. Para a validade do processo é indispensável a citação inicial do réu.

§ 1º O comparecimento espontâneo do réu supre, entretanto, a falta de citação.

¹² Decisão 2531/2004, item I: “o Tribunal (...) decidiu: I - tomar conhecimento das razões de justificativa apresentadas: a) pelo Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal - DER/DF, em atendimento à audiência determinada pela Decisão nº 61/2002; b) pelos demais responsáveis nomeados à fls. 1459, parágrafo 96, considerando, mediante aplicação subsidiária do disposto no § 1º do art. 214 do Código do Processo Civil, suprida a comunicação de audiência, tendo em vista o comparecimento espontâneo dos mesmos; (...)”



viabilizar a melhor alternativa em relação ao imóvel utilizado pela Saúde BRB e analisar a questão da gratuidade da cessão; b) os aposentados e ex-empregados do Banco arcam com o valor integral dos prêmios de seguro; e c) adota providências a fim de cumprir a determinação do TCDF, e assim ressarcir-se dos valores referentes às taxas de intercâmbio decorrentes das operações de débito pagas pelas empresas gestoras das redes Visa Electron e Maestro anteriores ao exercício de 2008, apropriadas pela Cartão BRB.¹³

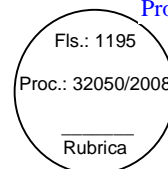
Análise

Alínea “a”

11. Trata da determinação do Tribunal para que o BRB S/A adote providências a fim de formalizar a cessão do uso do imóvel de sua propriedade, sito ao SRTV/SUL, Q. 701, conjunto “L”, Bloco 01, Loja 82, Térreo, Ed. Centro Empresarial Assis Chateaubriand (542,32m²), Brasília/DF, incluindo nove vagas de garagem situadas no subsolo, objeto do Convênio 01/2002, assim como rever a atual situação de gratuidade dessa cessão à BRB Saúde.

12. A manifestação do jurisdicionado (fls. 979) comprova que ainda não haviam sido adotadas medidas efetivas para regularizar o uso do imóvel de sua propriedade pela BRB Saúde, tampouco em relação à revisão da gratuidade da cessão. Conquanto o inteiro teor da Decisão nº 4902/2014 tenha sido objeto de comunicação ao BRB S.A em 06.11.2014 (fls. 893), a jurisdicionada limitou-se a informar que realiza estudos sobre a matéria, em 05/12/2014. Registre-se que entre o conhecimento da determinação da Corte e a manifestação do BRB S/A havia transcorrido cerca de 30 (trinta) dias, prazo insuficiente para regularização da matéria, razão pela qual aos autos foi carreada apenas a referida medida inicial. Assim, deverá o Tribunal reiterar a diligência para que a jurisdicionada indique as

¹³ Em relação às determinações em análise, o Banco apresentou cópia de documentos anexos às Razões de Justificativa (fls. 982-1064): cópia do Ofício da Superintendência de Gestão de Pessoas com Parecer referente à renovação do Convênio para contratação de Seguros de Vida em grupo (fls. 983-987); e cópia de Relatório de grupo de trabalho, datado de 13.12.2007, e aprovado por Reunião da Diretoria em 24.12.2007 (fls. 988-997).



providências efetivas que adotou para sanar a irregularidade.

Alínea “b”

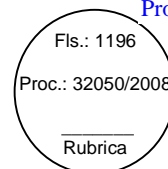
13. Preliminarmente, convém apresentar breve síntese dos fatos objeto da aludida deliberação. O BRB S.A e a Seguros BRB firmaram Convênio que resultou nas Apólices de Seguros de Vida em Grupo nº 930/0110/0000035/01, 930/0110/0000017/01 e 930/0110/0000019/01. Às fls. 389-392, a Seguros BRB recomendou a unificação dessas três apólices a fim de “*aumentar e melhorar a qualidade da massa segurada, aumentando assim o poder de barganha na taxa de capital básico*”. Ademais, propôs que os **funcionários segurados principais** da Apólice nº 630/0110/0000019/01 passassem a contribuir apenas com 50% do prêmio mensal e o BRB S.A com os 50% restantes. As apólices iniciais tiveram as vigências prorrogadas até 30.6.2005 a fim de viabilizar a substituição por uma Apólice única (fls. 392).

14. Registre-se que na Apólice nº 630/0110/0000019/01 (fls. 390) constavam como segurados “*770 funcionários e 257 aposentados do BRB S/A (dados referentes a março de 2005)*” e que o custeio era “*totalmente contributivo*”, ou seja, os segurados contribuíam com 100% do prêmio mensal.

15. Foi acostada aos autos cópia do Convênio DIRAT/DESEG-2005/146 (fls. 393), entre o BRB S.A e a BRB Clube de Seguros e Assistência, tendo por objeto o estabelecimento de condições para que empregados ativos e afastados do BRB S/A participassem de apólice de Seguro de Vida em grupo a ser implantada a partir de 01.7.2005.

16. Constam também nos autos cópias do Parecer e Termo Aditivo de Convênio (fls. 399-401), prorrogando-o por um período de 12 (doze) meses, a partir de 01.7.2006, referente à Apólice de Seguro de Vida em Grupo nº **930.0110.0000037.01.**

17. Instado a esclarecer os fundamentos que ampararam o custeio de 50% das despesas com aposentados e ex-empregados após a unificação das apólices, o BRB S.A alegou (fls. 980) que os aposentados e ex-empregados arcam



com 100% do custeio do prêmio do seguro e apresentou Ofício da Superintendência de Gestão de Pessoas do Banco com parecer nesse sentido.

18. Todavia, os documentos apresentados não comprovam as alegações do jurisdicionado, sendo necessária a apresentação da cópia da Apólice de Seguro de Vida em Grupo nº 930.0110.0000037.01, ou documento afim, com cláusula discriminando o percentual de custeio por parte dos empregados ativos e afastados, daqueles aposentados e ex-empregados, *a priori* com efeitos a partir de 01.7.2006.

Alínea “c”

19. Em relação à determinação do Tribunal no sentido de que o BRB S/A adote providências a fim de realizar o ressarcimento dos valores referentes às taxas de intercâmbio decorrentes das operações de débito pagas pelas empresas gestoras das redes Visa Electron e Maestro anteriores ao exercício de 2008, apropriadas pela Cartão BRB, novamente o jurisdicionado limitou-se a informar que “*adota providências*”.

20. Importa salientar que não foi informada pelo jurisdicionado a implementação de quaisquer ações capazes de propiciar o efetivo ressarcimento desses valores, provavelmente devido ao reduzido lapso temporal entre o conhecimento da determinação da Corte e a manifestação do BRB S/A, cerca de 30 (trinta) dias, prazo insuficiente para regularização da matéria.

21. Ante o exposto, deverá o Tribunal considerar não atendido o item III, alíneas a, b e c, da Decisão nº 4902/2014, reiterando a determinação ao BRB S/A

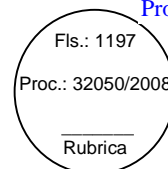
DAS AUDIÊNCIAS

22. Na Decisão nº 4902/2014 (fls. 891), o Tribunal resolveu:

(...)

V – autorizar a audiência dos responsáveis nomeados no parágrafo 243 do Relatório de Auditoria (fls. 506), para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentem as justificativas que tiverem pela prática de ato antieconômico e com grave infração à norma legal na alienação de ações da Visanet à Cartão BRB (item 3.1 do Relatório de Auditoria);

23. Ante a realização de fiscalização pelo Tribunal, foi imputada aos



nomeados no parágrafo 243 do Relatório de Auditoria (fls. 506) a responsabilidade pela autorização da alienação de 69.995 ações ordinárias nominativas de Classe “B” (fls. 258-262) da Companhia Brasileira de Meios de Pagamento – VISANET, do BRB S/A à Cartão BRB, no exercício de 2000, em desconformidade com o art. 17, inciso II, Lei nº 8.666/1993 (ausência de avaliação prévia). Em consequência, há indícios de dano aos cofres do Distrito Federal, em razão da alienação ter-se realizado pelo valor histórico, dois anos após a aquisição.

24. Por conseguinte, os responsáveis foram chamados em Audiência para apresentar suas Razões de Justificativa, e se manifestaram tempestivamente, conforme o indicado nos §§ 4-7 da presente informação, ante a possibilidade de aplicar-se a penalidade prevista no art. 57, II e III, da Lei Complementar nº 1/1994.

MANIFESTAÇÕES DOS RESPONSÁVEIS

Razões de Justificativa do Sr. Adão Alves dos Passos (fls. 907-947)

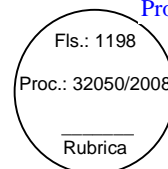
25. Em apertada síntese, o Sr. Adão Alves dos Passos alegou que votou favoravelmente à alienação das ações da VISANET à Cartão BRB, com fundamento:

- a. na aprovação da transação pela Diretoria Colegiada em 27.6.2000 (fls. 910);
- b. nos pareceres da DIRFI (fls. 911-913) e de advogado externo (fls. 916-947);
- c. no acolhimento pela Consultoria Jurídica do BRB S/A dos pareceres favoráveis à alienação das ações (fls. 911, verso).

Análise

26. As alegações apresentadas pelo justificante não merecem prosperar. Inicialmente em razão de competência atribuída aos membros do Conselho de Administração, conforme citação extraída de peça acostada aos autos (fls. 354):

(...) os Senhores Conselheiros, com base no Artigo 26 inciso XIII do Estatuto Social, autorizaram a alienação da participação acionária do BRB na Companhia Brasileira de Meios de Pagamento – VISANET (...) (sic)



27. Desse modo, a alegação que a decisão do então Conselheiro teria se baseado em deliberação da Diretoria Colegiada não o isenta de responsabilidade, uma vez que se trata de competência inerente ao cargo que exercia, definida no Estatuto Social do Banco, como explicitado na aludida Ata do Conselho de Administração. Por outro lado, inequívoca a inexistência de qualquer relação de subordinação entre o Conselho e a Diretoria.

28. No mesmo sentido, ressalte-se, há previsão de igual competência aos membros da Diretoria Colegiada (fls. 353):

(...) a Diretoria, com base no Artigo 26 Inciso XIII do Estatuto Social, autorizou a alienação da participação acionária do BRB na Companhia Brasileira de Meios de Pagamento – VISANET (...) (*sic*)

29. Em relação aos pareceres de natureza jurídica firmados por advogado externo e consultoria jurídica, homologados pelo Departamento Jurídico do Banco, cabe salientar que se tratam de manifestações meramente opinativas, que concluem pela inexistência de óbices à realização do negócio jurídico, sem, contudo, vincular as autoridades incumbidas do poder decisório.

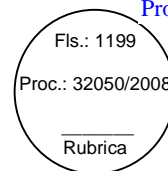
30. Saliente-se que o parecer firmado por advogado contratado (fls. 315-346) restringiu-se à análise de questões relativas à Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), à não submissão da operação financeira ao CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica e à aspectos tributários.

31. Isto posto, sugere-se ao Tribunal conhecer para no mérito julgar improcedentes as Razões de Justificativa apresentadas pelo Sr. Adão Alves dos Passos.

Razões de Justificativa do Sr. *Ari Alves Moreira* (fls. 951-969)

32. O justificante alegou em síntese que:

- a. as empresas de economia mista possuem características específicas e em determinadas operações há incompatibilidade com regime das licitações previsto no art. 173, §1º, III, da CF/1988, ainda não regulamentado;



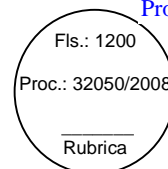
- b. a proposta de alienação de 69.995 ações da VISANET do BRB S/A à Cartão BRB foi devidamente fundamentada em pareceres jurídicos, tendo sido aprovada pela unanimidade dos membros do Conselho de Administração, uma vez que “(...) *não detinha conhecimento aprofundado a respeito da operação questionada, nem da composição acionária das empresas coligadas.*” Ademais, defendeu a responsabilização dos pareceristas, caso se confirme a omissão por parte deles;
- c. não houve alienação das ações, a operação na realidade consistiu em um aporte de capital (aumento de capital social da Cartão BRB), com a BSB Corretora de Seguros, também controlada pelo BRB S/A, que adimpliu sua parte do aporte em espécie;
- d. em julho de 2009 as ações da VISANET em poder da Cartão BRB foram lançadas na Bolsa de Valores (venda das 69.995 ações);
- e. a inexistência de prejuízo patrimonial, uma vez que as ações foram vendidas pela Cartão BRB apenas em maio de 2009, sendo que o BRB S/A recebeu mediante equivalência patrimonial: “(...) *todo o ganho auferido pela venda das ações VISANET (...) que saltou de 55,2 milhões para 269 milhões (...)*;
- f. a alienação das ações foi embasada em pareceres técnico e jurídico e, se estes foram omissos, os responsáveis pela sua elaboração é que deveriam responder por isso.

33. Ao término de suas razões recursais, apresentou cópias de Relatórios de Administração e Demonstrações Contábeis da Cartão BRB e do BRB S/A (fls. 962-969).

Análise

34. Em relação às empresas de economia mista, assim como às empresas públicas, Maria Sylvia Zanella¹⁴ explica que o art. 173, § 1º, III, da

¹⁴ Di Pietro. Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 27.ed. São Paulo: Atlas, 2014. 966p. (p.530).



Constituição Federal não é autoaplicável. Assim, embora a Emenda Constitucional nº 19/1998 tenha alterado a redação do art. 22, XXVII, em remissão ao art. 173, § 1º, III, ao prever que lei definirá estatuto próprio para licitação e contratação por empresa pública e sociedade de economia mista e subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, fato é que a aludida lei ainda não foi editada.

35. Desse modo, enquanto não estabelecido o estatuto jurídico previsto no art. 173, § 1º, da CF/1988, as entidades da Administração Indireta continuam a se submeter às normas da Lei nº 8.666/1993¹⁵, independentemente do ramo de atuação ou atividade empresarial por ela exercida, até porque inexiste na legislação vigente qualquer ressalva nesse sentido. Em consequência, flagrante no caso em análise a inobservância do art. 17, II, da Lei de Licitações:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

(...)

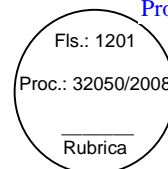
II - quando móveis, *dependerá de avaliação prévia* e de licitação, dispensada esta nos seguintes casos.

36. Não é legítima a escusa de que o voto favorável teria se fundamentado em pareceres jurídicos, em decisão do Conselho da Administração, ou que não possuiria conhecimento técnico suficiente, uma vez que se tratava de competência inerente ao cargo de membro da Diretoria Colegiada, conforme disposição a ata constante às fls. 353:

(...) a Diretoria, com base no Artigo 26 Inciso XIII do Estatuto Social, autorizou a alienação da participação acionária do BRB na Companhia Brasileira de Meios de Pagamento – VISANET (...) (*sic*)

37. Também infundada a alegação que a operação teria se resumido a um aporte de capital. Inconteste que tanto a Diretoria Colegiada quanto o Conselho de Administração autorizaram a alienação da participação acionária do BRB S/A na Companhia Brasileira de Meios de Pagamento – VISANET (fls. 353, 354-355).

¹⁵ Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.



38. A alegação que as ações foram lançadas em Bolsa de Valores em 2009 não tem o condão de convalidar as irregularidades praticadas anteriormente, em 2000. As ações da VISANET foram adquiridas pelo BRB S.A em 1998, ato devidamente autorizado por Lei¹⁶, pelo valor de R\$ 5.650.081,50. Em 2000, o BRB S/A alienou as referidas ações à Cartão BRB pelo mesmo valor, sendo R\$ 2.542.536,67 a título de integralização de capital daquela companhia e R\$ 3.107.544,83 em dinheiro (fls. 313/314).

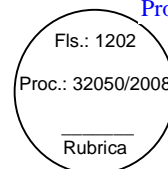
39. Em relação à reorganização societária, importa salientar que ocorreu somente em 2009, ao passo que a alienação das ações da VISANET ocorreu no ano de 2000. Tratam-se, portanto, de eventos distintos. O fato de o BRB S/A ter promovido posteriormente a reorganização não afasta a responsabilidade pela venda das ações em 2000 com eventual dano ao erário. Considerando que o BRB S/A passou a detentor de 69,7% das ações ordinárias da Cartão BRB não implica que eventual prejuízo tenha sido absorvido. Primeiro, porque os demais acionistas, representantes de 30,3% das ações ordinárias teriam sido beneficiados, em prejuízo dos acionistas BRB S/A, os quais teriam deixado de auferir lucro na alienação das ações da Visanet. Segundo, inexistente comprovação de que a reorganização societária posterior ocasionou a compensação do aludido prejuízo.

40. Igualmente, sem razão a alegação de ganhos pela equivalência patrimonial¹⁷, na medida em que inexistente comprovação de que houve a manutenção da porcentagem de participação no capital social, sobre o patrimônio líquido da Cartão BRB, após a alienação das ações da Visanet pelo BRB S/A.

41. Por fim, não merece prosperar a proposta de responsabilização dos pareceristas, uma vez que as peças por eles produzidas possuíam caráter opinativo,

¹⁶ Lei Distrital nº 1.928/1998, art. 1º (fls. 301).

¹⁷ Lenza explica que avaliar pelo método da equivalência patrimonial significa “contabilizar no instante da aquisição da participação societária o valor de custo e, na primeira demonstração financeira elaborada após a aquisição, atualizar o saldo do investimento em função das variações no Patrimônio líquido da investida.(...)” LENZA, Pedro (Coord). **Contabilidade Geral**: esquematizado. 2ª.ed. São Paulo: Saraiva. 2012. 934p. (p.555).



não vinculativo, conforme indicado nos §§ 29 a 30 e 36.

42. Ante o exposto, sugere-se ao Tribunal conhecer para no mérito julgar improcedentes as Razões de Justificativa do Sr. Ari Alves Moreira.

Razões de Justificativa dos Srs. Flávio José Couri, Antônio Camboim de Souza e Edson de Castro

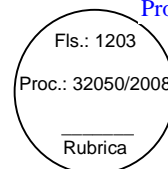
43. Os justificantes apresentaram suas Razões de Justificativa com similitude de argumentações, razão pela qual foram conjuntamente analisadas. Em síntese alegaram:

- a. preliminar de prescrição quinquenal da pretensão punitiva;
- b. que a decisão se fundamentou em pareceres jurídicos, e que, se houve dano, foi à Sociedade de Economia Mista BRB S.A, entidade de direito privado, e não ao erário, distinguindo-os;
- c. a existência de jurisprudência do TCDF no sentido de que a Tomada de Contas Especial de pessoa não vinculada à Administração Pública depende da participação de agente público.

Análise

44. Em relação à preliminar de prescrição da pretensão punitiva arguida pelos justificantes, convém que o Tribunal julgue procedentes as alegações apresentadas. De fato, o prazo para a imposição de multas de natureza administrativa é de cinco anos a contar da data em que os fatos considerados irregulares se tornaram conhecidos no Tribunal. É como entendeu esta Corte quando da apreciação da matéria no âmbito do Processo nº 1869/2003, do qual se destaca a seguinte passagem do voto condutor da Decisão nº 1321/2014.

Neste tema, quanto à preliminar levantada sobre a prescrição, acompanho o encaminhamento dado, no sentido de que o prazo prescricional para imposição de multas de natureza administrativa é de cinco anos, sendo o termo inicial para contagem desse prazo a data em que os fatos tidos como irregulares se tornaram conhecidos no âmbito do Tribunal, além de que a



citação e audiência válidas interrompem a fluência do prazo prescricional.¹⁸

45. No caso em análise, o prazo prescricional começou a fluir em 15.9.2009, data em que o Tribunal tomou conhecimento do Relatório de Auditoria nº 04, por meio da Decisão nº 5998/2009, item I (fls. 542). A audiência válida¹⁹ foi realizada em 23.2.2015 (fls. 895)²⁰.

46. Assim, verifica-se o decurso de mais de cinco anos entre o conhecimento dos fatos pelo Tribunal sem a ocorrência de causas impeditivas da prescrição, motivo pelo qual não resta outra alternativa senão reconhecer a impossibilidade de aplicação de penalidade aos justificantes, consoante entendimento adotado no âmbito de decisão publicada no Boletim Informativo de Decisões TCDF nº 008/2014, Sessões de 25 e 27 de março:

DECISÃO Nº 1321/2014. PROCESSO Nº 1869/2003.

PROCESSUAL. TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. AÇÃO PUNITIVA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL. IMPOSIÇÃO DE MULTA. PRESCRIÇÃO. CITAÇÃO E AUDIÊNCIA. INTERRUPTÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL. RESPONSABILIZAÇÃO DO AGENTE POLÍTICO.

1. O prazo prescricional para imposição de multas de natureza administrativa é de cinco anos, sendo o termo inicial a data em que os fatos se tornaram conhecidos pelo Tribunal.

2. A citação e audiência válidas interrompem a fluência do prazo prescricional.

3. Não é razoável a responsabilização de agente político por irregularidades de natureza meramente operacional atribuível aos servidores do órgão ou entidade.

4. O agente político pode ser responsabilizado quando pratica ato administrativo de gestão.

Precedentes TCDF: Decisões nºs 1001/2014 e 6415/2013.

Precedentes TCU: Acórdãos nºs 2922-42/2013, 1016-14/2013, 1511-23/2010, 1727-33/2008, 1541/2007, 454/2007, 648/2003, 177/1998, 277/1997; 428/1996 e Decisão 180/1998, da 1ª Câmara; 666/2001, 184/2002 e 2174/2004, da 2ª Câmara. Decisão por maioria.

47. Em relação à decisão fundamentada em pareceres de natureza jurídica, aplica-se o entendimento contido nos parágrafos nº 29 a 30 e 36, uma vez que a deliberação foi tomada pelos Conselheiros, no exercício da competência estabelecida no Estatuto Social do BRB S/A, referenciada na Ata da Reunião

¹⁸ Conforme Processo TCDF nº 1.869/2003, consubstanciado ao Relatório/voto da nobre Relatora, Conselheira Anilcéia Machado, na Decisão 1321/2014, fls. 559 daqueles autos (e-DOC C1CD55C3).

¹⁹ Por tratar-se de citações múltiplas, considerou-se a data última do recebimento pelos responsáveis, em consonância com a Decisão nº 10118/1995.

²⁰ Desconsiderou-se, para fins de contagem de prazo, o chamado autorizado pela Decisão nº 5998/2009, fls. 542, uma vez que não teve por objetivo a aplicação de multa aos responsáveis.



Ordinária do Conselho de Administração (fls. 354-355), na qual se registrou a autorização para alienar a participação acionária do BRB S/A na VISANET à Cartão BRB.

48. Também infundada a alegação que eventual dano ao BRB S/A, sociedade de economia mista, entidade de direito privado, não configuraria dano ao erário. Conquanto as sociedades de economia mista sejam dotadas de personalidade jurídica de direito privado, fato é que maioria das suas ações com direito à voto pertencem ao erário local. Sobre a matéria, o Decreto-Lei nº 200/1967 dispõe que:

Art. 5º Para os fins desta lei, considera-se:
(...)

III - Sociedade de Economia Mista - a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei para a exploração de atividade econômica, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto *pertencem em sua maioria à União ou a entidade da Administração Indireta*. (Redação dada pelo Decreto-Lei nº 900, de 1969)

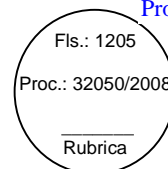
49. Ademais, quanto à competência do Tribunal em relação ao BRB S/A, a matéria já foi objeto de deliberação, firmando-se o entendimento dessa Corte de Contas pela manutenção de sua ação fiscalizatória, estendendo-a inclusive às entidades controladas pelo Banco, conforme item III, alínea b, da Decisão nº 6304/2011²¹.

50. Em relação à alegação de necessidade de participação de agente público para a instauração de Tomada de Contas Especial, despiciendas as

²¹ Decisão nº 6304/2011: O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - considerar prejudicado o pedido da representação, por perda de objeto; II - determinar à BSB Administradora de Ativos S.A. que: a) providencie a anulação da Concorrência nº 001/2011, dando-se a devida publicidade ao ato; b) em licitações da espécie, utilize a modalidade Pregão, por se tratar de serviços comuns; III - esclarecer à Jurisdicionada que: a) o tipo de licitação técnica e preço é aplicável quando o objeto do procedimento licitatório se destinar à contratação de serviços predominantemente intelectuais, na forma do art. 46, § 3º, da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo de ressaltar que a contratação de serviços de *call center* não se enquadra na ressalva constante do referido dispositivo legal; b) **na qualidade de controlada indiretamente pelo Banco de Brasília S.A., deve-se submeter, nos moldes daquela entidade controladora, ao controle externo exercido pelo TCDF**; IV - dar conhecimento do teor desta decisão à signatária da Representação; V - autorizar a devolução dos autos à 1ª ICE, para as providências cabíveis.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE AUDITORIA
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA



considerações sobre a natureza do cargo dos Conselheiros do BRB S/A, ante a previsão do art. 6º da Lei Complementar nº 1/1994:

Art. 6º A jurisdição do Tribunal abrange:

VIII – os representantes do Distrito Federal ou do Poder Público na Assembléia Geral das empresas estatais e sociedades anônimas de cujo capital o Distrito Federal ou o Poder Público participem, solidariamente, com os membros dos **Conselhos Fiscal** e de **Administração**, pela prática de atos de gestão ruínosa ou liberalidade à custa das respectivas sociedades.

51. Os Conselheiros do BRB S/A que autorizaram a alienação das ações da Visanet, dentre eles, os Srs. Flávio José Couri, Antônio Camboim de Souza e Edson de Castro (fls. 354-355), faziam parte do Conselho de Administração, e, portanto, submetem-se à jurisdição do Tribunal.

52. Consequentemente, sugere-se ao Tribunal conhecer das Razões de Justificativa apresentadas pelos Srs. Flávio José Couri, Antônio Camboim de Souza e Edson de Castro, para no mérito julgar:

- a) procedente a preliminar de prescrição quinquenal da pretensão punitiva relativa a aplicação de penalidade de natureza administrativa, isentando-os da aplicação da penalidade prevista no art. 57, II e III, da LC nº 1/1994, estendendo a isenção aos demais justificantes;
- b) improcedentes as demais alegações apresentadas.

Razões de Justificativa do Sr. Hélio Goiás de Sá (fls. 970-977)

53. O Sr. Hélio Goiás de Sá alegou em síntese que:

- a. a alienação das ações por parte do BRB S.A não se sujeitaria à Lei nº 8.666/1993, uma vez que se trataria de “ato de gestão”, envolvendo a atividade fim da instituição financeira. Nesse sentido, cita o art. 7º, Instrução CVM 286²²:

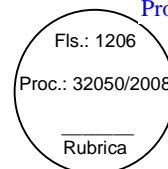
Art. 7º - O disposto nesta Instrução não se aplica às participações detidas

²² **Instrução CVM Nº 286, de 31 de julho de 1998.** Dispõe sobre alienação de ações de propriedade de pessoas jurídicas de direito público e de entidades controladas direta ou indiretamente pelo Poder Público e dispensa os registros de que tratam os arts. 19 e 21 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, nos casos que especifica.



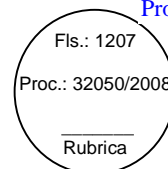
TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE AUDITORIA
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA



por instituições financeiras e pelas instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal, Municípios e demais entidades da Administração Pública, cujo objeto seja a participação no capital de outras companhias, as quais podem ser alienadas de acordo com as regras e procedimentos usuais de mercado.

- b. os fatos teriam ocorrido a partir do ano de 2000, devendo-se respeitar “os *princípios da paz social e da estabilidade das relações*”;
- c. a operação teria atendido à comutatividade prevista no art. 245 da Lei 6.404/1976, citando o art. 8º da mesma lei, o qual equivaleria ao art. 17, II, da Lei nº 8.666/1993 (vide fls. 973-974);
- d. as regras de Direito Público aplicar-se-iam de forma mitigada às entidades dependentes, conforme entendimento do próprio TCDF (Manual LRF do TCDF, Decisão nº 4489/2006);
- e. não se aplicaria a exigência de autorização legislativa para a alienação das ações, uma vez que a previsão do art. 37, inciso XX, CF/1988, replicada na Lei Orgânica do DF restringe-se à “*participação em sociedade*”, e não à venda de ações;
- f. inexistiu prejuízo por parte do BRB S/A, isso em razão da sociedade deter quase metade do capital da Cartão BRB, de modo que: “(...) *se houve prejuízo de um lado, haveria lucro de outro*”. Esclareceu ainda que parte das ações alienadas foi utilizada para subscrever o capital social da Cartão BRB e a outra teria sido negociada pelo mesmo preço da aquisição;
- g. a venda pelo valor de aquisição teria decorrido de ato praticado pelo Departamento de Contabilidade do BRB S/A;
- h. o negócio recebeu parecer jurídico favorável, citando a manifestação da Consultoria Jurídica do BRB S/A e a do advogado contratado;
- i. a decisão foi colegiada;
- j. o BRB S.A auferiu benefícios decorrentes do lucro da Cartão BRB mesmo antes da nova organização societária;
- k. não houve dolo por sua parte, sendo a caracterização deste indispensável



para a responsabilização do administrador;

- I. não houve irregularidades, sendo observado o princípio da Eficiência, previsto no art.37, CF.

Análise

54. Em relação às alegações apresentadas pelo justificante quanto a não aplicabilidade da Lei nº 8.666/1993 às sociedades de economia mista, aplica-se o exame realizado aos §§ 34 e 35.

55. Sobre os princípios da “*paz social e estabilidade das relações*”, a fim assegurar a harmonia desses princípios com as normas de caráter punitivo, existe o instituto da prescrição, aplicável ao caso nos termos indicados nos §§ 44 a 46.

56. Registre-se que, ao contrário do alegado pelo justificante, a operação não atendeu à comutatividade prevista no art. 245 da Lei nº 6.404/1976²³ ante a inexistência de avaliação prévia do valor das ações. Com a alienação pelo custo de aquisição, após o decurso de dois anos, há indícios que a venda das ações da VISANET pelo BRB S/A à Cartão BRB tenha se realizado por valor inferior ao de mercado. Reforçando esse entendimento, convém referenciar parecer da DIRFI-1998 (fls. 264), à época da aquisição das ações, apresentado ao Presidente e Diretores do BRB S/A, relacionando como uma das vantagens da aquisição das ações da Visanet a possibilidade da obtenção de lucro em eventual operação de alienação dessas mesmas ações:

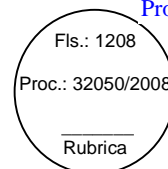
(...)

Caso o Banco queira desfazer-se de suas cotas (*ações da VISANET adquiridas em 1998*) poderá obter lucro. Atualmente o mercado tem oferecido grande ágio na aquisição dessas cotas.

57. Também desprovida de verossimilhança a alegação do justificante de

²³ Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. (Dispõe sobre as Sociedades por Ações):

Art. 245. Os administradores não podem, em prejuízo da companhia, favorecer sociedade coligada, controladora ou controlada, cumprindo-lhes zelar para que as operações entre as sociedades, se houver, *observem condições estritamente comutativas*, ou com pagamento compensatório adequado; e respondem perante a companhia pelas perdas e danos resultantes de atos praticados com infração ao disposto neste artigo.



que o Tribunal na Decisão nº 4489/2006 teria firmado entendimento que as regras de Direito Público se aplicariam de forma mitigada às entidades dependentes. Primeiro, porque a Decisão restringe-se à aplicabilidade de dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) às sociedades de economia mista. Segundo, em razão de a Decisão ter fixado que mesmo às “controladas não dependentes” são aplicáveis princípios e determinados artigos da LRF, conforme verifica-se no texto da própria deliberação:

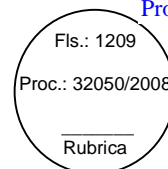
EMENTA: Estudo levado a efeito pela 5ª Inspeção de Controle Externo, em atendimento ao item III, alínea "b", da Decisão nº 4.002/05, fls. 02, que determinou a formação de autos *apartados para firmar entendimento acerca da aplicabilidade dos dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal às Sociedades de Economia Mista*.

Decisão nº 4489/2006

O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, em parte, e o parecer do Ministério Público, decidiu firmar o entendimento de que *somente são aplicados às empresas controladas não dependentes de recursos financeiros do Tesouro local*, considerada a dependência definida na forma das Resoluções Senado Federal nºs 40/2001 e 43/2001, *os princípios gerais da Lei Complementar nº 101/2000, como planejamento, transparência, controle e responsabilização*, bem assim os seguintes dispositivos da mencionada lei: art. 26; art. 32, "caput"; art. 35, "caput" e § 1º; art. 36; art. 37, "caput" e inciso II; art. 40, §§ 6º, 7º e 8º; art. 43, "caput" e § 2º, I e art. 47. Parcialmente vencido o Conselheiro RENATO RAINHA, que votou pelo acolhimento, "in totum", da instrução. Decidiu, mais, acolhendo proposição da Conselheira MARLI VINHADELI, mandar publicar, em anexo à ata, a instrução, o parecer do Ministério Público junto à Corte e o Relatório/Voto do Relator.

58. A propósito, decisão do Tribunal Superior do Trabalho, em processo relativo a servidor público estadual, declarou que à sociedade de economia mista aplicam-se os princípios da Administração Pública:

(...) ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA - APPA. EXECUÇÃO DIRETA. PRERROGATIVAS DO DECRETO Nº 779/69. REMESSA EX OFFICIO. (...) INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. DIVULGAÇÃO NA INTERNET NO SÍTIO DA ADMINISTRAÇÃO DE PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA - APPA, EMPRESA DE ECONOMIA MISTA ESTADUAL, DA RELAÇÃO NOMINAL DE SEUS EMPREGADOS COM OS RESPECTIVOS SALÁRIOS RECEBIDOS. NÃO OCORRÊNCIA DE ILICITUDE. CONDUTA FUNDAMENTADA NO PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. AUSÊNCIA DE DANO MORAL A SER INDENIZADO. Estabelece o artigo 37, caput, da Constituição Federal que a administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá, dentre outros, ao princípio da publicidade, pelo qual tem o dever de manter plena transparência de todos os seus comportamentos, com a divulgação oficial de seus atos para



conhecimento público e início de seus efeitos externos. Esta Corte adota o entendimento de que a divulgação, por empresa de economia mista, em seu sítio na internet, da relação nominal de seus servidores e seus respectivos salários possui fundamento no citado dispositivo. Assim, a licitude da conduta da reclamada não acarreta sua condenação ao pagamento de indenização por dano moral, na medida em que a remuneração de empregado público também está sujeita à publicidade que rege a administração pública. Salienta-se que, nesse caso, o direito à intimidade do trabalhador não se sobrepõe ao princípio da publicidade, ***pois se trata de servidor público estadual, que assim como sua empregadora, sociedade de economia mista, encontra-se sujeito às normas da administração pública.*** Portanto, o Regional, ao manter a condenação da reclamada ao pagamento de indenização por dano moral, afrontou o artigo 37, caput, da Constituição Federal. Recurso de revista conhecido e provido." (TST - RR - 258900-68.2008.5.09.0411, Rel. Min. José Roberto Freire Pimenta, 2.^a Turma, DEJT 30/8/2013). (***grifo nosso***)

59. Por outro lado, procedente a alegação de que a previsão constitucional do art. 37, XX, replicada na Lei Orgânica do Distrito Federal, art. 19, XIX, restringe-se à necessidade de autorização legislativa para participação de empresa pública, sociedade de economia mista e de fundação em empresa privada:

Art. 19.

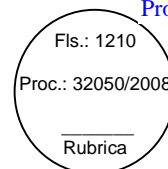
(...)

XIX – depende de autorização legislativa, em cada caso, a *criação* de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a *participação* de qualquer delas em empresa privada;

60. O dispositivo legal restringiu-se a disciplinar a criação de subsidiárias e a participação de estatais em empresas privadas, não fazendo qualquer alusão à necessidade de autorização legislativa para a posterior alienação dessa participação.

61. No que se refere à alegação de inexistência de prejuízo por parte do BRB S/A em razão de a sociedade deter quase metade do capital social da Cartão BRB, a argumentação não merece prosperar. Se o BRB S/A não possuía a integralidade das ações da Cartão BRB, inquestionável que quaisquer vantagens usufruídas pela Cartão BRB não foram integralmente aproveitadas pelo BRB S/A (45%), mas aproveitadas também pelos demais acionistas que detinham 55% de participação à época da operação (fls. 309).

62. Nessa esteira, também infundado o argumento que a alienação decorreu de ato praticado pelo Departamento de Contabilidade do BRB S/A. Consta



nos autos a informação (fls. 353/355) que a Diretoria Colegiada e o Conselho de Administração autorizaram a alienação da participação acionária do BRB S/A na VISANET com base na competência estabelecida no art. 26, inciso XIII, do Estatuto social do Banco em vigor à data da operação, razão pela qual a responsabilidade é atinente às autoridades que faziam parte desses colegiados.

63. Em relação à existência de pareceres de natureza jurídica favoráveis, improcedentes as alegações, nos termos das informações constantes aos parágrafos nº 29 a 30 e 36.

64. O fato de a decisão ter sido colegiada também não afasta a reponsabilidade individual de qualquer dos membros da Diretoria ou Conselho de Administração que autorizaram a alienação das ações em desconformidade com o art. 17, II, da Lei nº 8.666/1993, a qual exige avaliação prévia. Por força do art. 158²⁴, da Lei nº 6.404/1976 (Lei da Sociedades por Ações), o administrador responde solidariamente com os demais administradores, salvo quando faz constar na ata da reunião seu voto dissidente, hipótese que não se aplica ao caso em concreto, uma vez que inexistente registro de qualquer ressalva nesse sentido.

65. Ainda que o BRB S/A tenha auferido benefícios decorrentes do lucro da Cartão BRB antes da nova organização societária, fato é que há fortes indícios que o Banco teve prejuízos ao alienar as ações pelo valor da aquisição, frise-se, sem realizar a avaliação prévia, em desconformidade com o art. 17, II, da Lei nº 8.666/1993.

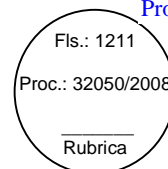
66. Em relação à alegação da ausência de dolo, dispensa-se maiores

²⁴ **Art. 158.** O administrador não é pessoalmente responsável pelas obrigações que contrair em nome da sociedade e em virtude de ato regular de gestão; responde, porém, civilmente, pelos prejuízos que causar, quando proceder:

I - dentro de suas atribuições ou poderes, com culpa ou dolo;

II - com violação da lei ou do estatuto.

§ 1º O administrador não é responsável por atos ilícitos de outros administradores, salvo se com eles for conivente, se negligenciar em descobri-los ou se, deles tendo conhecimento, deixar de agir para impedir a sua prática. **Exime-se de responsabilidade o administrador dissidente que faça consignar sua divergência em ata de reunião do órgão de administração** ou, não sendo possível, dela dê ciência imediata e por escrito ao órgão da administração, no conselho fiscal, se em funcionamento, ou à assembleia-geral. (...) (**grifo nosso**)



considerações, ante a subsunção dos fatos ao preconizado no art. 158²⁵ da Lei das Sociedades de Ações (violação da lei, no caso, do art. 17, II, da Lei nº 8.666/1993). Assim, dispensa-se a caracterização de dolo, uma vez já configurada a violação a dispositivo legal.

67. Por fim, não cabe qualquer alusão ao princípio da eficiência²⁶, que nas palavras de Maria Sylvia Zanella, em relação à Administração Pública, tem o objetivo de “(...) alcançar os melhores resultados na prestação do serviço público”, uma vez que as ações da VISANET foram alienadas pelo valor histórico, após dois anos da aquisição, sem qualquer avaliação do preço de mercado.

68. Assim, sugere-se ao Tribunal conhecer as Razões de Justificativa do Sr. Hélio Goiás de Sá para, no mérito, julgar:

a) procedente a alegação sobre a inexigibilidade de autorização legislativa para alienar a participação de Sociedade de Economia Mista em empresa privada;

b) improcedentes as demais alegações apresentadas.

Razões de Justificativa dos Srs. *Tarcísio Franklim de Moura* e *Dario Silva Reis* (fls. 1092/1114 e 1135/1145)

69. Os Srs. Tarcísio Franklim de Moura e Dário Silva Reis apresentaram Razões de Justificativa com similitude de alegações e fundamentações, motivo pelo foram analisadas conjuntamente. Em síntese alegaram que:

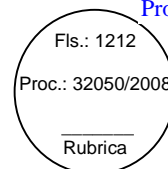
²⁵ **Art. 158.** O administrador não é pessoalmente responsável pelas obrigações que contrair em nome da sociedade e em virtude de ato regular de gestão; **responde, porém, civilmente, pelos prejuízos que causar, quando proceder.**

I - dentro de suas atribuições ou poderes, com culpa ou dolo;

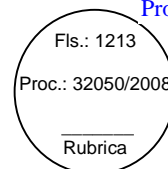
II - com **violação da lei** ou do estatuto.

§ 1º O administrador não é responsável por atos ilícitos de outros administradores, salvo se com eles for conivente, se negligenciar em descobri-los ou se, deles tendo conhecimento, deixar de agir para impedir a sua prática. Exime-se de responsabilidade o administrador dissidente que faça consignar sua divergência em ata de reunião do órgão de administração ou, não sendo possível, dela dê ciência imediata e por escrito ao órgão da administração, no conselho fiscal, se em funcionamento, ou à assembleia-geral. (...) (**grifo nosso**)

²⁶ Di Pietro. Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 27.ed. São Paulo: Atlas, 2014. 966p. (p.84).



- a. o BRB S.A teria “transferido” as 69.995 da VISANET à Cartão BRB como aporte de capital social, assunto levado anteriormente ao Colegiado do BRB S/A e ao Conselho de Administração, e aprovado pela unanimidade de seus membros. Ademais, que o Banco não teria se desvinculado das ações, as quais teriam ficado no mesmo grupo econômico, de modo que não teria havido redução de capital público, dispensando a exigência de avaliação prévia. Bem como não teria sido disponibilizado dinheiro na integralização do capital, mas apenas transferido a participação acionária na Visanet do BRB S/A à Cartão BRB;
- b. a Cartão BRB manteve essas ações de 2000 a 2008, as quais constavam nas publicações dos Balanços Anuais, Notas Explicativas, no tópico das Principais Práticas Contábeis. Após a venda das ações pela Cartão BRB na Bolsa de Valores, o BRB S/A teria recebido de volta, seja via equivalência patrimonial, seja em razão do aumento do Patrimônio Líquido da Cartão BRB, “**todo**” o ganho auferido pela venda das ações Visanet;
- c. em 22.6.2009, o BRB S.A promoveu a reorganização societária nas empresas nas quais mantinha participação: Cartão BRB S.A e Corretora de Seguros BRB, passando a deter 69,7% das ações ordinárias dessas empresas. Além disso, após a reorganização societária, foram firmados contratos de exclusividade para uso do Balcão do Banco pelas empresas, com valores de mercado e duração de 10 anos. Por conseguinte, o BRB S/A não teria sofrido qualquer prejuízo, posto que as ações permaneceram em poder da Cartão BRB;
- d. “(...) além dos dividendos distribuídos pela Cartão BRB a partir de 1999, o BRB S.A recebeu remuneração sobre capital próprio investido, conforme legislação aplicável (...)” Procedimento registrado no Estatuto Social da Cartão BRB, Capítulo V, art. 21, § 1º. Ademais, que teria sido extremamente vantajoso para o BRB S.A o investimento realizado na Cartão BRB.
- e. eventual prejuízo ao BRB S.A resultou em lucro à Cartão BRB, refletindo



no BRB S.A;

- f. caso se vislumbre ilegalidade na operação, a operação deveria ser revertida, com a redução da participação do BRB S.A na Cartão BRB e restituição das ações integralizadas, ou que a Cartão BRB complemente o valor, a fim de ressarcir suposto prejuízo do BRB S.A.

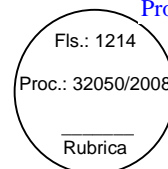
Análise

70. Em relação às alegações dos justificantes, quanto à transferência das ações da VISANET do BRB S/A à Cartão BRB como aporte de capital e à participação acionária, tem-se que as afirmações não merecem prosperar. Primeiro, em razão de a Diretoria Colegiada e o Conselho de Administração terem autorizado a alienação da participação acionária do BRB S/A na Companhia Brasileira de Meios de Pagamento – VISANET (fls. 353, 354-355). Segundo, porque as referidas ações foram alienadas à Cartão BRB pelo custo histórico de aquisição, sendo R\$2.542.536,67 a título de integralização de capital daquela companhia e R\$3.107.544,83 em dinheiro (fls. 313/314), conforme examinado aos §§ 37 e 38 (fls. 1201).

71. Quanto à afirmação de que as ações na Cartão BRB seriam avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, revestindo-se de natureza de investimento do BRB S/A, verifica-se que a alegação é improcedente com fundamento nos argumentos lançados ao parágrafo 40.

72. O fato de o BRB S/A ter promovido a reorganização societária no ano de 2009 também não afasta a responsabilidade dos justificantes pela venda das ações em 2000 com indícios de ocorrência de dano ao erário. Apenas a alteração societária posterior, em 2009, quando o BRB S/A passou a detentor de 69,7% das ações ordinárias da Cartão BRB (fls. 313-321), não significa que eventual prejuízo teria sido absorvido, mesmo porque a outra parte dos acionistas (30,3%) continuaria beneficiada, em prejuízo dos demais.

73. No mesmo sentido, a pactuação de contratos de exclusividade para uso do Balcão do BRB S/A com as empresas coligadas, após a reorganização



societária, não se mostra suficiente para alterar o fato ocorrido em 2000.

74. A propósito, ainda que o BRB S/A tenha recebido dividendos da Cartão BRB e remuneração sobre capital próprio investido “*conforme legislação aplicável (...)*”, e tenha obtido lucro posterior nesse investimento, a discussão é delimitada à existência de indícios de dano ao erário decorrente da alienação de ações da VISANET do BRB S/A à Cartão BRB, no exercício de 2000, pelo valor histórico de aquisição, sem prévia avaliação, em desconformidade com o art. 17, II, da Lei nº 8.666/1993.

75. Quanto à afirmação de que eventual prejuízo ao BRB S/A resultaria em lucro à Cartão BRB e refletiria posteriormente no Banco, verifica-se que também é improcedente, conforme argumentos constantes ao § 61.

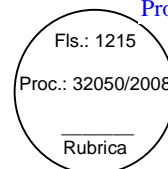
76. Por fim, em relação à argumentação por parte do Sr. Dário Silva Reis no sentido que se realize a reversão da operação no caso de conclusão pela sua ilegalidade, ou determine-se à Cartão BRB a realização de ressarcimento de suposto prejuízo do BRB S/A, verifica-se que as proposições não são aplicáveis nesse momento processual, por se tratarem de matérias próprias do processo de TCE a ser instaurado com fundamento na Lei Complementar nº 1/1994, art. 9º:

Art. 9º

Diante da omissão no dever de prestar contas, da não comprovação da aplicação dos recursos repassados pelo Distrito Federal, na forma prevista no inciso VI do art. 6º desta Lei Complementar, da ocorrência de desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos, ou, ainda, da prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano ao Erário, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deverá imediatamente adotar providências, com vista à instauração de tomada de contas especial, para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano.

77. Assim, a medida que se impõe ante o caso em concreto, com fundamento na Lei Orgânica do Tribunal, é a instauração de Tomada de Contas Especial para quantificar o dano aos cofres do BRB S/A e identificar os responsáveis em face dos indícios registrados no Relatório de Auditoria (fls. 506-507, § 243).

78. Isto posto, sugere-se ao Tribunal conhecer para no mérito julgar improcedentes as Razões de Justificativa apresentadas pelos senhores Tarcísio



Franklim de Moura e Dário Silva Reis.

Razões de Justificativa do Sr. Mário Sato (fls. 1153/1168)

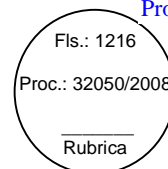
79. O justificante em síntese alegou que:

- a. assumiu o cargo de Conselheiro do BRB S.A após o início da operação societária, em 1.6.1999 (fls. 1163), e que participou de uma das reuniões apenas para o repasse das ações do BRB S/A à Visanet. Nesse sentido, alega que a operação teria se iniciado em 08.5.1998, quando o BRB S/A adquiriu 0,5% do capital Social da Visanet, e que dois anos depois teria ocorrido o repasse das ações do BRB S.A à Cartão BRB, sendo que na sessão do Conselho de Administração em 18.5.2000 teria se limitado ao repasse das ações do BRB S/A à VISANET (defendeu que a venda teria ocorrido em 08.05.1998);
- b. a autorização do Conselho de Administração teria ocorrido com respaldo em parecer jurídico de advogado contratado (fls. 1166-1167), de assessor jurídico do BRB S/A (fls. 1168), e com anuência da área financeira;
- c. requereu o reconhecimento da prescrição quinquenal da pretensão punitiva e que as notificações/intimações sejam encaminhadas a seu advogado constituído (fls. 1160/1161).

Análise

80. Ao contrário das alegações do justificante, a operação de alienação das ações da VISANET do BRB S/A à Cartão BRB, em análise, ocorreu após as autorizações por parte da Diretoria Colegiada em 27.6.2000 (fls. 353) e do Conselho de Administração em 30.6.2000 (fls. 354-355). Os atos anteriormente praticados não substituíram esse negócio jurídico, vinculam-se à outra operação, realizada no ano de 1998: a aquisição dessas ações por parte do BRB S/A (fls. 258-301), mediante autorização por Lei Distrital²⁷.

²⁷ Lei Distrital nº 1.928/1998, art. 1º (fls. 301).



81. Quanto à decisão ter se baseado em pareceres de natureza jurídica, suas alegações são improcedentes, conforme entendimentos constantes aos §§ 29 a 30 e 36.

82. No que tange à prescrição quinquenal, aplica-se ao caso o entendimento consignado nos §§ 44 a 46.

83. Em relação ao pedido de endereçamento das futuras comunicações processuais ao representante legal do Sr. Mário Sato (fls. 1160/1161), em conformidade com o disposto no art. 174²⁸, RITCDF, o Tribunal poderá deferi-lo.

84. Assim, sugere-se ao Tribunal conhecer as Razões de Justificativa do Sr. Mario Sato para, no mérito:

a) deferir o pedido de endereçamento das futuras comunicações processuais ao seu representante legal;

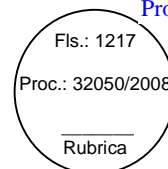
b) julgar improcedentes as alegações apresentadas.

Razões de Justificativa do Sr. *Wellington Carlos da Silva* (fls. 1169/1185)

85. O justificante em síntese alegou que:

- a. a reorganização societária transformou à contratada Cartão BRB em controlada, alterando sua natureza jurídica, de modo que não haveria mais interesse de agir no feito;
- b. a aprovação por parte do recorrente fundamentou-se em pareceres das áreas técnicas. Nesse sentido, o STJ *“já assentou entendimento que o agente público, por não possuir especialização técnica, não responde por qualquer ilegalidade se praticou o ato consubstanciado em parecer técnico de especialista da área”*. Assim, cita decisão do STJ de 08.10.2010, referente à ação penal, na qual se rejeita denúncia da prática do crime capitulado nos arts. 315 e 319, CP, c/c art. 92 da Lei nº

²⁸ **Art. 174.** A citação ou notificação será feita por comunicação direta do responsável, interessado ou **procurador**, pelo correio, com aviso de recebimento; ou, quando o destinatário estiver em lugar incerto e não sabido, por edital publicado no Diário Oficial do Distrito Federal. (**grifo nosso**)



8.666/1993, em razão da inexistência de prova subjetiva do dolo;²⁹

- c. o valor das ações serviu para integralizar o capital social da Cartões BRB, da qual o BRB S.A é acionista, não trazendo prejuízo ao BRB S/A, maior acionista das cotas;
- d. houve violação do devido processo legal, ao contraditório e à ampla defesa, pois inexistente indicação das irregularidades praticadas pelo justificante, ou seja: *“(...) mesmo nos procedimentos administrativos o defendente tem o direito constitucional de saber exatamente do que está sendo acusado, devendo ser especificado, detalhadamente, qual teria sido a conduta supostamente faltosa, inclusive quais dispositivos legais estaria violando.”*

Análise

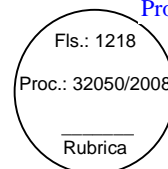
86. A reorganização societária promovida pelo BRB S/A foi realizada em data posterior à alienação das ações, e não tem liame com eventual prejuízo experimentado pela sociedade de economia mista no ano de 2000, quando da alienação das ações da VISANET pelo BRB S/A à Cartão BRB. Assim, aplicam-se às alegações dos justificantes os argumentos constantes aos parágrafos 39 e 40.

87. Em relação à alegação de que a decisão favorável à alienação teria se fundamentado em pareceres de natureza jurídica, poderá o tribunal considerar improcedente com base nos argumentos constantes aos §§ 29 a 30 e 36.

88. Quanto à Decisão do STJ, de 08.10.2010, referente a ação penal, que afastou o entendimento do Tribunal de Contas da União e rejeitou a denúncia pela prática de crime capitulado na Lei nº 8.666/1993, importa ressaltar que não alterou a deliberação daquela Corte de Contas quanto à recomposição dos cofres públicos:

O sancionamento de Tribunal de Contas não faz coisa julgada no crime, aliás, como explicita hodiernamente a Lei de Improbidade Administrativa (art. 21), sendo passível de revisão judicial a sua conclusão, à luz do princípio da inafastabilidade da jurisdição. Sob esse enfoque, o acórdão

²⁹ Apn 226 / SP. **AÇÃO PENAL 2002/0165317-8**. Relator: Min. LUIZ FUX, DJ 08.10.2007, p. 187.



oriundo do Tribunal de Contas da União, mercê de responsabilizar as pessoas e a empresa indicadas no relatório pela recomposição do prejuízo, sob outro ângulo, reforça a presunção de inocência do réu, ao assentar que aditivo calçou-se em pareceres de perito técnico cuja especialização faltava, como evidente, ao magistrado ora imputado.

(...)

f) a Corte Especial é firme no sentido de que: I) o ***dolo genérico não é suficiente a levar o administrador à condenação por infração à Lei de Licitações. (grifo nosso)***

89. Isso porque a Decisão do STJ restringiu-se a afirmar que o dolo genérico³⁰ não seria suficiente para a condenação nos tipos da Lei de Licitações. Assim, ao caso aplica-se o entendimento registrado ao parágrafo 55.

90. Quanto à afirmação que o valor das ações se restringiu à integralização do capital social da Cartões BRB, da qual o BRB S/A é acionista, as alegações também são improcedentes, em razão dos argumentos constantes aos §§ nº 37 e 38.

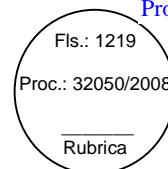
91. No que concerne a violação aos princípios constitucionais do devido processo legal³¹, da ampla defesa e do contraditório³², descabidas as argumentações apresentadas, uma vez que inexistente qualquer violação a esses princípios. Isso porque a relação processual somente se formou após a Decisão nº 4902/2014 (fls. 891-892), que determinou a citação válida dos justificantes, momento em que foram autorizadas as apresentações de Razões de Justificativa, com a posterior manifestação dos justificantes.

92. Ademais, o procedimento de autorizar a audiência dos responsáveis,

³⁰ Quando não há necessidade no tipo penal de indicativo de elemento subjetivo do agente, de finalidade de sua conduta. (GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal. Parte Geral. 6.ed. Rio de Janeiro: Impetus. 2006. 823p. (p.202).

³¹ O devido processo legal pode ser percebido como um postulado do qual derivam outras garantias processuais. "(...) Assim, cogita-se de devido processo legal quando se fala de (1) direito ao contraditório e à ampla defesa, (2) direito ao juiz natural, (3) direito a não ser processado e condenado com base em prova ilícita, de (4) direito a não ser preso senão por determinação da autoridade competente e na forma estabelecida pela ordem jurídica." Mendes, Gilmar Ferreira e Branco, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 9.ed. São Paulo: Saraiva. 2014. 1446p. (p. 544).

³² A ampla defesa e ao contraditório compreendem "(...) não só o direito de manifestação e o direito de informação sobre o objeto do processo, mas também o direito de ver os seus argumentos contemplados pelo órgão incumbido de julgar". Mendes, Gilmar Ferreira e Branco, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 9.ed. São Paulo: Saraiva. 2014. 1446p. (p. 452).



assim como o enquadramento da conduta imputada encontram-se disciplinados no art. 43, II, c/c art. 57, II e III, Lei Orgânica do Tribunal.³³

93. Ademais, desprovidas de fundamento as argumentações relativas à ausência da indicação da tipificação legal das irregularidades que lhes são imputadas. Inicialmente em razão de ter tomado ciência da Decisão nº 5998/2009 (fls. 542) por meio de procurador constituído (fls. 727-730), ocasião em que foi concedida cópia das fls. 01-542 (fls. 727). E mais, ciência pessoal (fls. 896-verso) da Decisão nº 4902/2014 (fls. 891-892), a seguir transcrita:

V – autorizar a audiência dos responsáveis nomeados no parágrafo 243 do Relatório de Auditoria (fls. 506), para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentem as justificativas que tiverem pela **prática de ato antieconômico e com grave infração à norma legal na alienação de ações da Visanet à Cartão BRB (item 3.1 do Relatório de Auditoria)**;

94. Ante o exposto, sugere-se ao Tribunal conhecer para no mérito julgar improcedentes as Razões de Justificativa do Sr. Wellington Carlos da Silva.

Da prescrição da pretensão punitiva

95. Em razão dos argumentos constantes aos §§ 44 a 46, no sentido que o Tribunal dê provimento à preliminar da prescrição da pretensão punitiva apresentada pelos Srs. Flávio José Couri, Antônio Camboim de Souza, Edson de Castro, Hélio Goiás de Sá e Mário Sato em face do decurso de mais de cinco anos do conhecimento dos fatos pela Corte, propõe-se ao eg. Plenário que seja estendida a medida aos demais justificantes: Srs. Adão Alves dos Passos, Ari Alves Moreira, Tarcísio Franklim de Moura, Dario Silva Reis e Wellington Carlos da Silva, isentando-

³³ **Art. 43.** Ao proceder à fiscalização de que trata este Capítulo (***Fiscalização de Atos e Contratos***), o Conselheiro Relator ou o Tribunal:

(...)

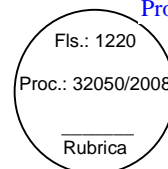
II – se verificar a ocorrência de irregularidade quanto à legitimidade ou economicidade, determinará a audiência do responsável para, no prazo estabelecido no Regimento Interno, apresentar razões de justificativa.

Art. 57. O Tribunal poderá aplicar multa de até 100 UPDFs ou o equivalente em outro indexador que venha a ser adotado pelo Distrito Federal, para fins fiscais, aos responsáveis por:

(...)

II – ato praticado com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial;

III – ato de gestão ilegítimo ou antieconômico de que resulte injustificado dano ao Erário;



os neste caso da aplicação da penalidade prevista no art. 57, II e III, da LC nº 1/994.

Da instauração de TCE

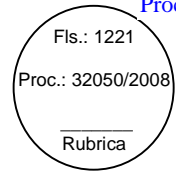
96. No Relatório Final de Auditoria (fls. 507-509) foi sugerido ao eg. Plenário que, dentre outras medidas, assinasse prazo de 30 (trinta) dias para que o BRB S/A adotasse “as providências necessárias ao ressarcimento aos cofres do Banco pela Cartão BRB,(...)” da “1. *Diferença atualizada do preço de venda das ações da Visanet e o praticado pelo mercado à época.*”

97. Por seu turno, o Tribunal à Decisão nº 5998/2009 (fls. 542) deliberou pelo encaminhamento de cópia do citado relatório aos interessados para que se manifestassem, apresentando contrarrazões, se assim o desejassem.

98. Em seguida, após análise das manifestações apresentadas, à Informação nº 26/2011 (fls. 768-855), consta, dentre outras medidas, sugestão ao eg. Plenário para que determinasse ao BRB S/A a instauração de TCE a fim de “*quantificar o prejuízo ao Banco, decorrente de alienação à Cartão BRB de ações da Companhia Brasileira de Meios de pagamento – Visanet, pelo valor histórico, mesmo após dois anos da aquisição.*” (fls. 855).

99. Não obstante, na Decisão nº 4902/2014 (fls. 891) o Tribunal deliberou pela audiência dos responsáveis nomeados ao parágrafo nº 243 do Relatório de Auditoria (fls. 506), cujas Razões de Justificativa foram analisadas no presente momento processual, cujo voto condutor expressou entendimento que “*diante da realização de audiência para oitiva dos responsáveis, entendo pertinente analisar primeiramente as justificativas apresentadas para posteriormente verificar se é ou não o caso de determinação de instauração de TCE e envio de cópia do relatório ao MPDFT para providências pertinentes.*”

100. Assim, ante a proposição pela improcedência das alegações dos justificantes quanto à ocorrência de dano aos cofres do BRB S/A, sugere-se que o Tribunal determine ao Banco a instauração de Tomada de Contas Especial a fim de apurar eventuais prejuízos ao BRB S/A, decorrente de alienação à Cartão BRB de

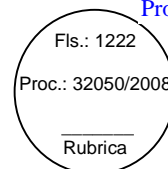


ações da Companhia Brasileira de Meios de Pagamento – VISANET, pelo valor histórico.

SUGESTÕES

101. Ante o exposto, sugere-se ao egrégio Plenário:

- I. Tomar conhecimento dos documentos acostados às fls. 907-947; 951-969; 970-977; 978-1064; 1065-1073; 1074-1082; 1083-1091; 1092-1114; 1135-1145; 1153-1168; e 1169-1185;
- II. Considerar insatisfatório o atendimento da diligência contida no item III, alíneas “a”, “b” e “c”, da Decisão nº 4902/2014;
- III. No mérito:
 - a. considerar improcedentes as Razões de Justificativa dos responsáveis nominados nos §§ 31, 42, 52, 78, 84 e 94;
 - b. considerar improcedentes as Razões de Justificativa apresentadas pelo responsável nominado no § 68, salvo quanto à inexigibilidade de autorização legislativa autorizando a alienação de participação de Sociedade de Economia Mista em empresa privada;
 - c. reconhecer a preliminar da prescrição da pretensão punitiva no caso em exame, isentando os justificantes nominados no § 95 da aplicação da penalidade prevista no art. 57, II e II, da LC 1/1994;
- IV. Deferir o pedido constante no § 79, alínea “c”, autorizando a realização de comunicações processuais ao representante legal do requerente, conforme art. 174, do RITCDF;



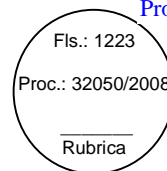
V. Reiterar a determinação constante ao item III, da Decisão nº 4902/2014, para que o BRB S/A no prazo de 30 (trinta) dias:

- a. esclareça as providências para regularizar a cessão de área para funcionamento da BRB Saúde, objeto do Convênio 01/2002 (fls. 125-128), sito ao SRTV/SUL, Q. 701, conjunto “L”, Bloco 01, Loja 82, Térreo, Ed. Centro Empresarial Assis Chateaubriand (542,32m²), incluindo as nove vagas de garagem situadas no subsolo, bem como rever a gratuidade dessa cessão;
- b. relativamente à contratação de seguro de vida em grupo objeto do Convênio DIRAT/DESEG 2005/146, esclareça as bases legais que sustentaram o custeio de 50% das despesas com aposentados e ex-empregados após a unificação das apólices desses com a dos empregados ativos;
- c. adote providências para ressarcir-se das taxas de intercâmbio resultantes das operações de débito pagas pelas empresas gestoras das redes Visa Eletron e Maestro, anteriores ao exercício de 2008, de que se apropriou a Cartão BRB; e
- d. apresente cópia da Apólice de Seguro de Vida em Grupo nº 930.0110.0000037.01, ou documento afim, com cláusula discriminando o custeio por parte dos empregados ativos e afastados, daqueles aposentados e ex-empregados;

VI. Determinar ao BRB S/A que instaure Tomada de Contas Especial apurar eventuais prejuízos ao BRB S/A, decorrente de alienação à Cartão BRB de ações da Companhia Brasileira de Meios de Pagamento – VISANET, pelo valor histórico (item 3.1 do Relatório Final de Auditoria), dando conhecimento ao Tribunal no prazo de 30 (trinta) dias a partir do conhecimento da Decisão;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE AUDITORIA
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA



VII. Autorizar o retorno dos autos à SEAUD para adoção das demais providências de estilo.

À superior consideração.

Luciana Rocha de Melo Alvim
ACE – Mat. 1555-9